

desse predicado (pois também um “produto do conhecimento” só pode ser chamado de científico quando sua conquista faz jus às exigências científicas), aqui — ao contrário do que se dá no “conhecimento” — compreende-se por “ciência” o resultado fixado na linguagem e não sobretudo o processo de investigação e de reflexão metódicas.

Dentro dessas restrições, “ciência” pode ser definida como “um sistema de expressões que pode ser justificado em relação a todos os elementos competentes, sistema que serve para angariar e ordenar conhecimentos sobre determinado âmbito de coisas segundo determinada perspectiva”. Também os elementos dessa definição carecem ainda de explicitação. “Expressões” abarcam frases, regras (por exemplo, também, indicações simbólicas de atuação), fórmulas (por exemplo, também, fórmulas estruturais de combinações químicas), além de formas de enunciação, como as empregadas na lógica, mas também signos lógicos e matemáticos, assim como representações e projetos de modelos gráficos; resumindo, tudo que serve para conservar os resultados do processo do conhecimento para além do momento.

O que se deve compreender por “sistema” pode ser determinado a partir do conceito supra-ordenado de “quantidade de elementos” (*Menge*). Uma quantidade de elementos é a reunião de objetos aleatórios; eles podem ser elementos singulares ou quantidades parciais, portanto indivíduos ou classes; podem ser reais ou fictícios; também propriedades, relações, nomes, signos, frases ou números podem ser contados entre uma quantidade. Esta pode ser fechada ou também — quando podem ser acrescentados sempre outros elementos — aberta. Quando os elementos de uma quantidade são reunidos de acordo com uma regra, então trata-se de uma quantidade ordenada, de uma ordenação. Quando ademais esses elementos, a partir da ordenação mútua, são determinados num conjunto, então chamamos a isso um “sistema”.

42 Para que esse sistema possa ser qualificado de “justificável” será preciso mostrar que corresponde a normas prévias, pois toda e qualquer justificação se dá pela demonstração de que se respeitou uma linha de princípio ou uma regra tomada como padrão de medida. A norma principal em que um sistema deve

poder ser mensurado surge do objetivo próprio da ciência, que foi determinado universalmente na definição de “ciência” como a tarefa de ordenar conhecimentos. Por isso, a ciência como um todo é justificável quando se torna possível mostrar que ela corresponde integralmente ao objetivo pelo qual se faz ciência, a saber — pelo menos para aquele que tem conhecimento dela —, tornar visível um âmbito de objetos de tal modo a explicitar esse mesmo âmbito de maneira ordenada. Para isso, o próprio sistema deve ser livre de contradições e construído numa seqüência plausível de passos; além do mais, ele precisa descortinar seus próprios limites, tornar notório portanto onde ele não tem alcance. Mas esse sistema deve poder ser justificável até mesmo para seus elementos e regras singulares. Há muita coisa dentro das ciências, todavia, que não é passível de ser justificada desse modo, porque não são enunciados afirmativos, mas por exemplo regras, proposições, questionamentos, ou então porque os enunciados são apresentados como hipóteses ou como modelos explicativos que não têm a pretensão de ser verdadeiros. Nesses casos, uma justificação torna-se possível quando demonstramos alguma coisa, por exemplo uma suposição, como racional, isto é, como uma suposição que serve ou é adequada aos objetivos da ciência. Para que não se estabeleça um interesse individual ou parcial como intento de uma ciência, acabando por tornar-se assim a norma de justificação, a definição de ciência antes sugerida usa a expressão “em relação a todos os elementos competentes”, isto é, “justificável” em relação a qualquer um que tenha conhecimento na área, independentemente de interesses particulares ou coletivos, que poderiam ser contrários ao interesse de outros. Por meio de tal justificação, a ciência alcança também uma vinculabilidade universal, que a destaca entre outras composições de enunciados ou de conhecimentos.

E visto que a caracterização “justificável” implica o ajuste para com outros, para os quais alguma coisa precisa ser justificada, a ciência deve garantir também poder ser compreendida corretamente por estes; a compreensibilidade intersubjetiva exige novamente um alto grau de precisão e constância da linguagem, que não se desvia inadvertidamente do significado estabelecido para uma palavra.